



Parecer do Projeto de Lei Ordinária nº 53/2021

**I – DO RELATÓRIO**

Inicialmente, é forçoso anotar que o Projeto de Lei nº 53/2021, altera a Lei nº 192/1998 (Estatuto do Magistério).

A proposição predita, se aprovada, provocará uma reorganização administrativa, qual seja a redução da jornada de trabalho dos docentes da rede pública municipal de ensino.

É válido transportar o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente o seu art. 61, § 1º, vejamos:

Art. 61. Omissis.

§ 1º São de iniciativa privativa do presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

b) **organização administrativa** e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

*In casu*, é flagrante que o instrumento legislativo em análise por este Relator, atenta contra o dispositivo constitucional supra, o que revela em vício quanto à iniciativa.

**II – DA CONCLUSÃO**

É nesse contexto, ante o acima exposto e em face do inarredável vício de inconstitucionalidade decorrente da incompetência do(a) Autor(a) para legislar acerca da matéria da forma como se propõem que este Relator, no oportuno exercício de suas atribuições e competências legais, **VOTO PELA**



CONCEIÇÃO DO COITÉ – BA  
PODER LEGISLATIVO

**VEREADOR NEGÓ JAI**

---

**INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 53/2021**, com fulcro no art. 61, §1º, II, “b”, da CF/88.

Necessário, retornem-se para nova manifestação.

**É o parecer.**

**Assim, VOTO.**

Conceição do Coité/BA, 03 de setembro de 2021.

**JOSÉ JAILMO PEREIRA GOMES**  
**VEREADOR NEGÓ JAI**  
**LÍDER DO GOVERNO**  
**RELATOR**